

Em nome do Grupo Temático de Vigilância Sanitária da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva quero saudar a todos os ilustres participantes desta Mesa de Abertura do V Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária, as autoridades aqui presentes ou representadas e a todos os simposiastas, trabalhadores de vigilância sanitária, dos laboratórios de Saúde Pública e outros serviços de saúde, gestores, estudantes, professores e pesquisadores que compareceram para juntos refletirmos sobre questões da área, talvez a mais complexa da Saúde Coletiva.

Aqui estamos, mais uma vez, cheios de alegria e expectativas, diria mesmo cheios de emoção, para realizarmos este Simbravisa que propôs trazer ao debate o tema “Vigilância Sanitária no Século XXI: compromisso com a saúde”.

A cada dois anos temos realizado um esforço de organizar este evento que tem contado com a colaboração de diversas pessoas que emprestam seu saber, sua generosidade e seu trabalho e também várias instituições, às quais expressamos os nossos sinceros agradecimentos.

São nove anos de criação deste grupo temático e cinco simpósios. Este V Simbravisa tem um significado duplamente especial, por realizarmos um grande evento da Saúde Coletiva na região amazônica e por completarmos nosso compromisso de realizarmos o Simbravisa em todas as regiões do país.

Devagar vamos desvendando o enigma de uma área subsumida pelos modelos médicos hegemônicos ainda dominantes no nosso sistema de saúde, seja o modelo-médico assistencial curativista e hospitalocêntrico, seja o modelo médico sanitário, centrado em doenças e grupos da população, modelos que igualmente obscurecem a importância das ações de regulação e vigilância sanitária até mesmo para o controle de riscos e promoção da eficácia, segurança e uso racional do imenso arsenal tecnológico incorporado nas práticas em saúde.

Pouco a pouco, mas sistematicamente, vemos a área de vigilância sanitária transformar-se no Brasil: por um longo tempo, vista principalmente como área burocrática ou de simples prática fiscalizatória que traz ‘problemas’ para os gestores, da qual os sanitários e pesquisadores nem queriam chegar perto, começa a ser percebida como ação de saúde que precisa ser integrada nas políticas públicas setoriais e na vida cotidiana dos cidadãos.

Aos poucos vem-se identificando e construindo os fundamentos teóricos específicos e os fundamentos técnicos, econômicos, jurídicos, administrativos, sociológicos e culturais desta área que adquire importância crescente na sociedade global do século XXI, sociedade esta cada vez mais desafiada a implementar a promoção da saúde e ações preventivas e de controle de riscos e de agravos e doenças que persistem, reemergem ou surgem como novas entidades nosológicas.

Conquanto seja a face mais antiga da Saúde Pública, só mais recentemente a área emerge no Brasil como tema na pesquisa e no ensino. E apesar de sua relevância ainda ser pouco compreendida pela sociedade e até pelos profissionais de saúde e formuladores das políticas de saúde e seus gestores, identificamos avanços.

Avanços que podem ser atribuídos a pelo menos dois processos influentes: de um lado, a importância que a regulação sanitária adquiriu no contexto atual de valorização da política regulatória via agências. E, por outro lado, os processos para fazer avançar a implementação do Sistema Único de Saúde, um sistema generoso e universal, ainda em construção.

Parte desses avanços se deve ao esforço militante para trabalhar a temática nas instituições acadêmicas, para abrir espaços e inseri-la nas políticas de saúde e, sem dúvida, relacionam-se à ampliação do debate e da reflexão compartilhada, especialmente entre os trabalhadores e gestores dos serviços de vigilância sanitária e das instituições de ensino e pesquisa e de outras envolvidas com as questões relacionadas ao exercício da cidadania.

A produção de trabalhos na área de vigilância sanitária, seja no âmbito acadêmico ou dos serviços, revela um campo de intersecção de várias disciplinas e de práticas de alta complexidade tecnológica que desafiam seus profissionais. É possível saber, agora, com maior clareza, dos principais problemas da área de vigilância sanitária, que o movimento político e institucional dos últimos 10 a 15 anos favoreceu identificá-los.

Não caberia arrolar aqui esses problemas, até porque, diferentemente de pouco tempo atrás, hoje estão disponíveis documentos institucionais elaborados em processos amplamente participativos, a exemplo do PDVISA; agora há livros, artigos em revistas indexadas, os resultados dos censos dos Trabalhadores de Vigilância Sanitária e agora, do Censo dos Trabalhadores dos Laboratórios de Vigilância Sanitária, o Relatório da Conferência Nacional e os anais dos cinco Simbravisas, entre outros.

Caberia perguntar quais os principais desafios para os serviços e ações de vigilância sanitária responderem ao compromisso com a saúde?

Estamos no século XXI, da globalização de um conjunto de fenômenos e processos, da rede web que dissemina informações em quantidade e qualidade nunca antes experimentadas, para o bem ou para o mal. Tempo de uma enxurrada de inovação tecnológica sem avaliação precisa de seus riscos e benefícios. Do aumento da velocidade e intensidade do comércio internacional e da circulação por todo o mundo de pessoas e dos fatores de risco. Tempo de aumento da expectativa de vida e também de ameaças ao ambiente e à vida.

Estamos na sociedade do risco – no preciso diagnóstico de Ulrich Beck, a mesma sociedade de consumo, onde tudo se transforma em mercadoria desejável, mimetizada pela ideologia do consumo, conforme o filósofo Boudrillard. Uma sociedade de alta tecnologia, de impacto no ambiente, no organismo e na psique humana, embora grandes territórios e suas populações vivam à margem desta sociedade tecnológica, excluídos de seus possíveis benefícios, embora expostos a muitos dos seus riscos.

Neste contexto, de alta competição em todos os campos da vida social e econômica, sustentada em suas bases capitalistas geradoras de fatores de risco e iniquidades em saúde, é certo que a vigilância sanitária tem um papel fundamental. Fundamental e diferente do que mais tem feito tradicionalmente. Fundamental para uma política pública que seja realmente promotora da saúde, de prevenção de riscos e agravos e de uma atuação regulatória que seja inclusiva, competente na proteção da saúde sem alijar

das atividades produtivas amplos contingentes populacionais, historicamente importantes na conformação da sociedade brasileira.

Para efetivar o compromisso com a saúde na complexidade cada vez maior do século XXI, é preciso organizar, de fato, o sistema de vigilância sanitária nas três esferas de gestão.

E uma das condições fundamentais para a existência de um sistema efetivo é a definição de uma Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos, ou seja: uma política clara, consistente para os sujeitos que realizam as ações e atividades de vigilância sanitária. Uma política que inclua a formação, a qualificação e educação permanente e a valorização desses profissionais, mediante vínculos permanentes, única condição para enfrentar as fragilidades do profissional, que, pela sua tarefa regulatória está exposto às interferências de natureza política, tão frequentes na sociedade patrimonialista brasileira.

E estas mudanças dependem, sem dúvida, da definição da política de vigilância sanitária integrada nas demais políticas de saúde e que seja capaz de transformar os serviços de todos os estados e municípios brasileiros, dotando-os da infra-estrutura e outros recursos necessários, de capacidade técnica para gerenciar os orçamentos, e que sejam serviços efetivos em sua função preventiva de identificar, avaliar e gerenciar riscos à saúde e assim, atuar com todos os componentes da atenção à saúde para a preservação e melhoria da saúde dos brasileiros.

Precisamos aprender a construir e incorporar metodologias e instrumentos que permitam ser mais precisos e eficientes em selecionar o que é mais perigoso, em avaliar os riscos e seus efeitos na saúde, e que também sejam capazes de avaliar os efeitos das intervenções.

Precisamos aprender a trabalhar os riscos na heterogeneidade e imensa disparidade dos nossos grupos sociais. Precisamos aprender a construir o conhecimento necessário para serviços efetivos de vigilância sanitária nesta complexidade cada vez maior do século XXI.

Precisamos aprender a dialogar com a população e fazer-lhe chegar informações e conhecimentos para orientar suas escolhas de consumo em benefício de sua saúde.

Precisamos dialogar com a população organizada, com os Conselhos de Saúde, para que se envolvam com as questões da área de vigilância sanitária e exercitem seu direito de participar e o dever de controlar este componente do Sistema Único de Saúde.

Precisamos romper com o arquétipo da vigilância policialesca, autoritária, e o modelo centrado na inspeção sanitária para atender a demanda espontânea do segmento produtivo.

Precisamos aprender a fazer da vigilância sanitária não um objeto de contestação dos segmentos regulados por sua intervenção e práticas muitas vezes incoerentes, imprecisas ou até desnecessárias. Em vez disso, um instrumento de apoio ao empreendedorismo e de construção da cidadania e da responsabilidade pública na proteção da saúde, de aperfeiçoamento das relações sociais, em especial das relações produção-consumo.

As tarefas listadas, obviamente sem esforço de exaustividade, também requerem a definição e implementação de uma política de fomento à pesquisa em vigilância sanitária, como um componente estratégico para as mudanças pretendidas.

Teremos que construir esta nova vigilância sanitária que já desponta em certas experiências exitosas, e não podemos demorar, pois o tempo corre mais veloz neste século XXI. O Simbravisa quer contribuir para este empreendimento. Um empreendimento político, sem dúvida, mas também técnico e científico. Os queridos simposiastas têm nesses dias a oportunidade de apresentar trabalhos, conhecer e trocar experiências, conhecer pessoas e militantes da saúde, ouvir especialistas, debater temas importantes da saúde coletiva, identificar parceiros e refletir sobre sua prática.

Esperamos que todos possamos aproveitar este simpósio da melhor maneira possível. Que os debates travados nesta linda cidade de Belém, portal da mais exuberante reserva do planeta terra ameaçado pela voracidade do modo de produção capitalista, sejam debates relevantes para a construção da consciência sanitária e para fazer avançar a construção da integralidade no SUS e o projeto da Reforma Sanitária Brasileira, nosso anelo mais caro em defesa da vida e da saúde igual para todos.

E que a vigilância sanitária no século XXI, seja cada vez mais um compromisso de todos com a saúde.

Muito obrigada!